

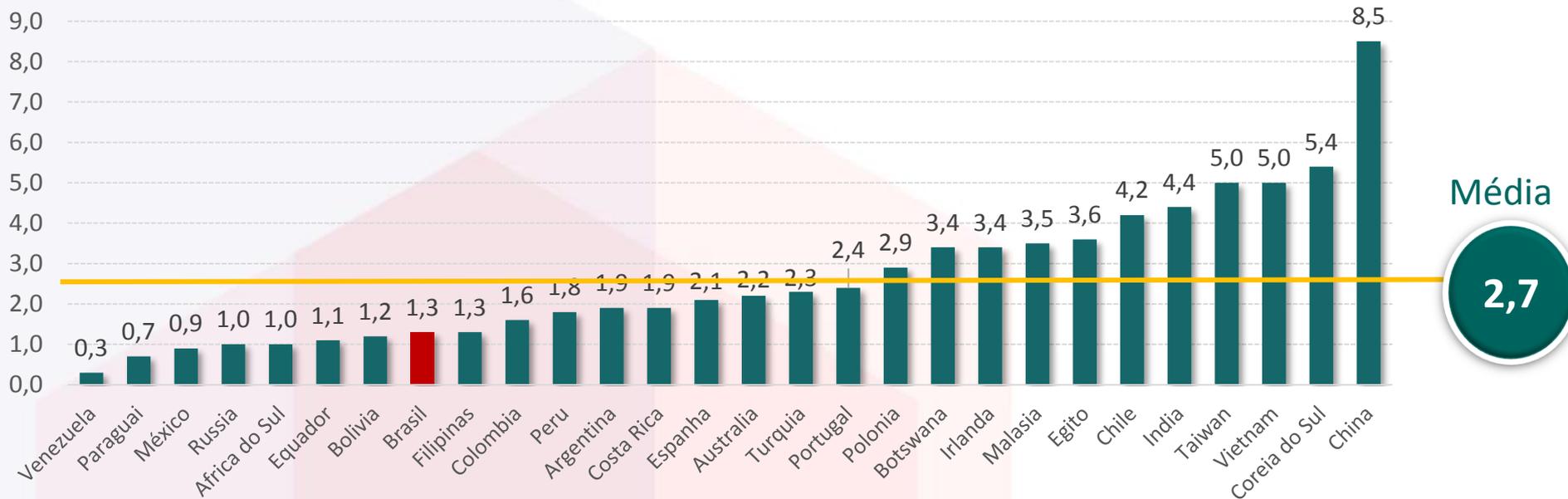
Por que o Brasil cresce pouco



É fundamental, portanto, selecionar um número pequeno de reformas e políticas públicas prioritárias, privilegiando-se aquelas que, ao mesmo tempo, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento. À medida que as primeiras reformas acelerem o crescimento e a queda da desigualdade, as outras reformas se tornarão gradualmente mais fáceis de aprovar

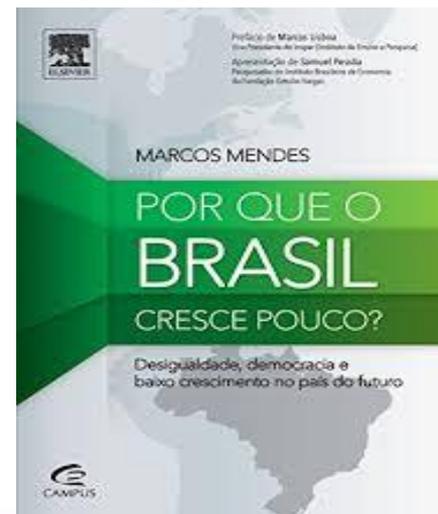
(Marcus Mendes: Por que o Brasil cresce pouco?, p.242.)

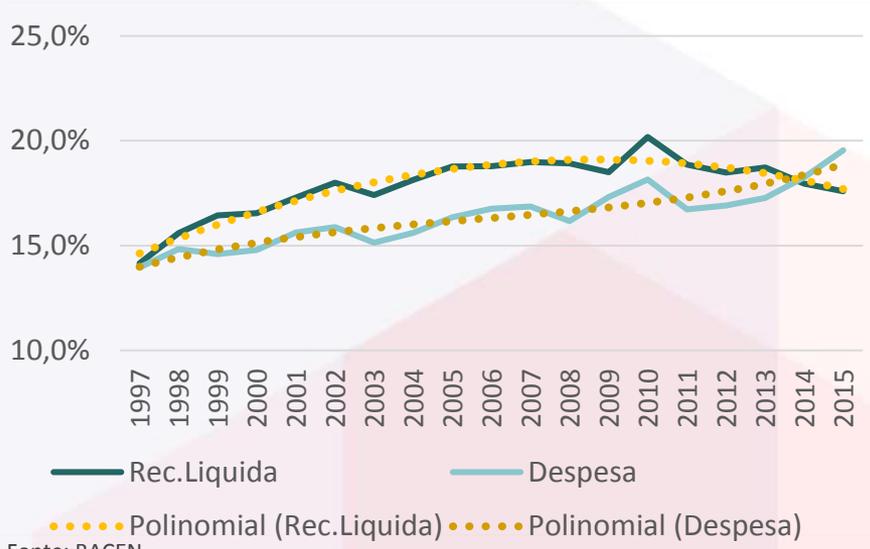
Taxa anual de crescimento do PIB per capita: países selecionados (1985-2010)



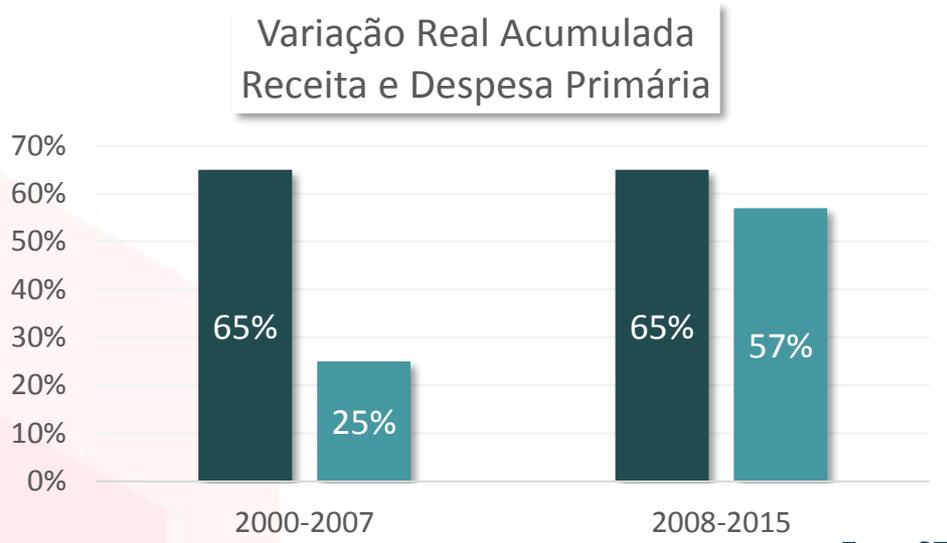
As causas imediatas do baixo crescimento em 10 fatos estilizados:

- 1) **A despesa corrente primária cresce de forma persistente**
- 2) **Carga tributária elevada**
- 3) A poupança do setor público é negativa
- 4) **Altas taxas de juros**
- 5) **Gargalos de infraestrutura**
- 6) Forte crescimento real do salário mínimo
- 7) Economia fechada ao comércio internacional
- 8) **Incerteza jurídica e baixa proteção aos direitos de propriedade**
- 9) Grande número de empresas pequenas, informais e improdutivas
- 10) **Atraso educacional**

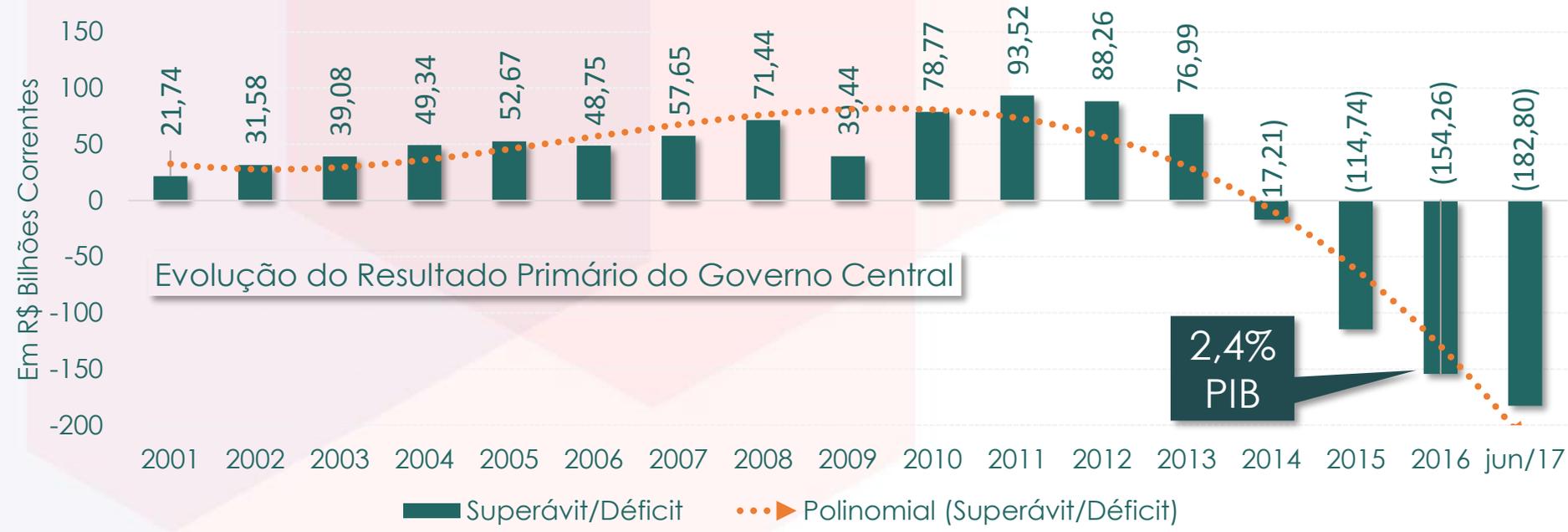




Fonte: BACEN

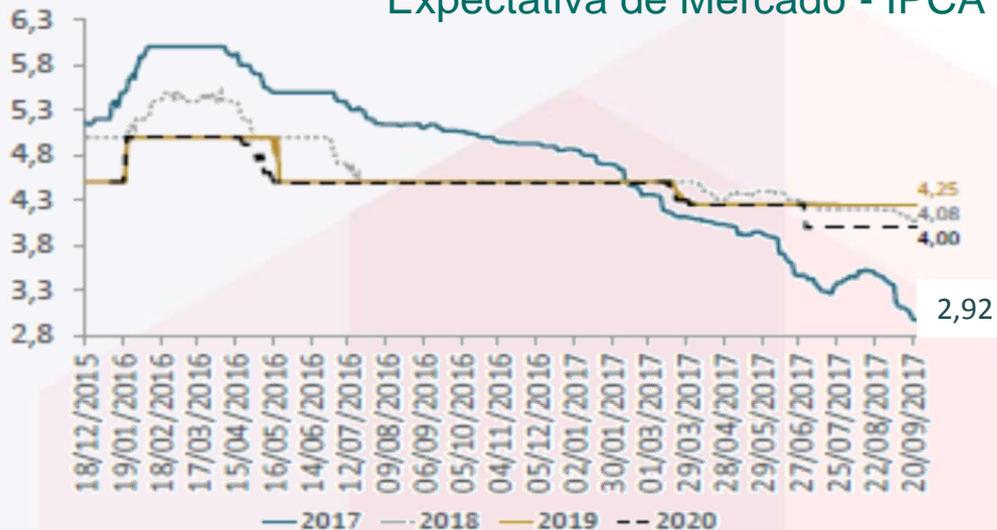


Fonte: STN



Brasil continua com maior taxa de juros reais do mundo

Expectativa de Mercado - IPCA



Taxa de Juros x Taxa de Inflação

Meta da Inflação: 4,5%
*Taxa acumulada em 12 meses



Ranking dos Juros Reais

(Fonte: Exame.com - 2 Jun 2016)

- 1) **Brasil:** 4,55%
- 2) **Rússia:** 3,45%
- 3) **Indonésia:** 3,31%
- 4) **Polônia:** 2,53%
- 5) **China:** 2,00%
- 6) **Filipinas:** 1,38%
- 7) **Grécia:** 1,32%
- 8) **México:** 1,18%
- 9) **Malásia:** 1,13%
- 10) **Índia:** 1,05%.

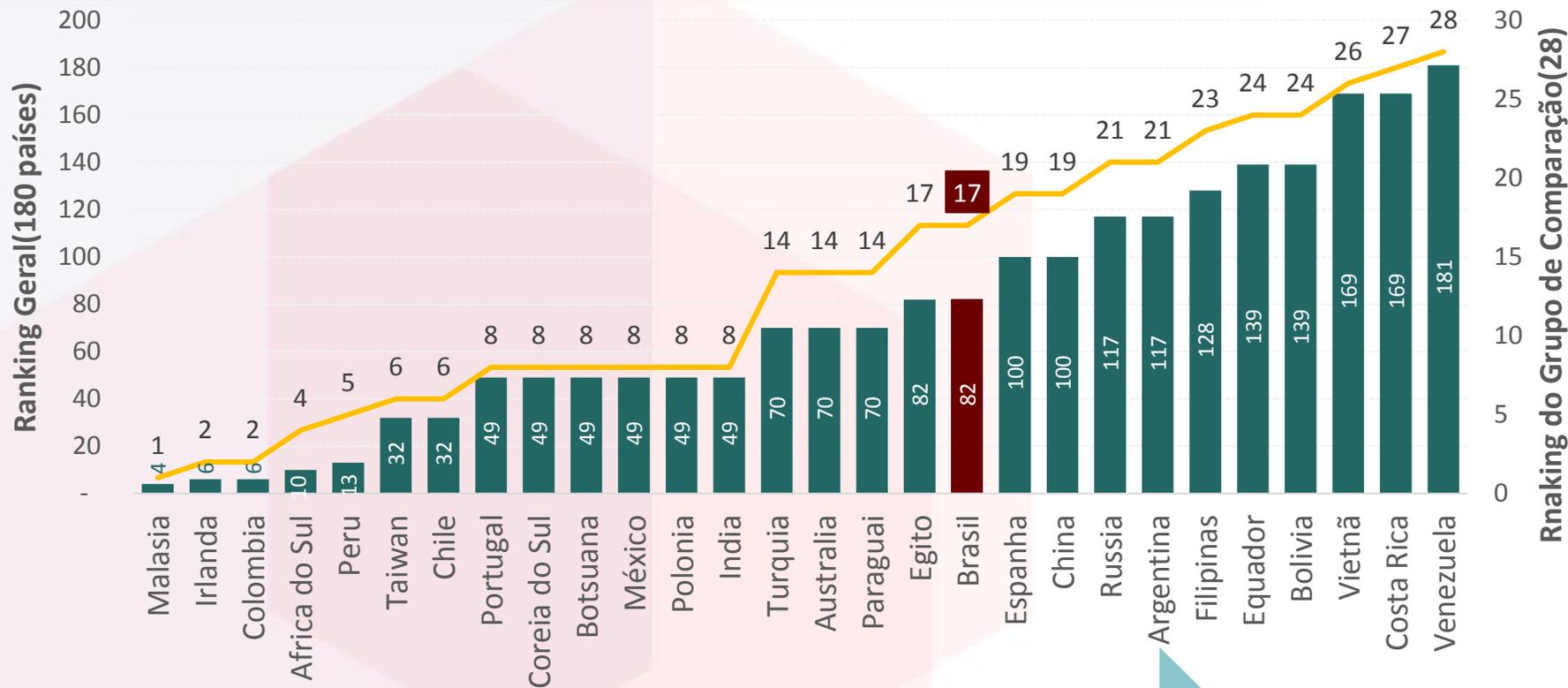
Qualidade geral da infraestrutura: posição de países selecionados em ranking de 140 países (2012-2013)



Fonte: The World Economic Forum. The Global Competitiveness Report.
Elaboração: Marcus Mendes, Por que o Brasil cresce pouco?, p.41

“O Brasil possui graves gargalos de infraestrutura devido a uma combinação de: (a) preferência política por despesas correntes em detrimento dos investimentos públicos; (b) baixa capacidade do governo para coordenar e planejar os investimentos no setor; (c) fragilidade política e financeira das agências reguladoras, além de outras fragilidades institucionais que impedem uma participação mais intensa do setor privado.” (Marcus Mendes, p.45).

Ranking de Facilidade para realizar negócios - países selecionados (2013)



Ranking do Doing Business de imposição de contratos – 2013

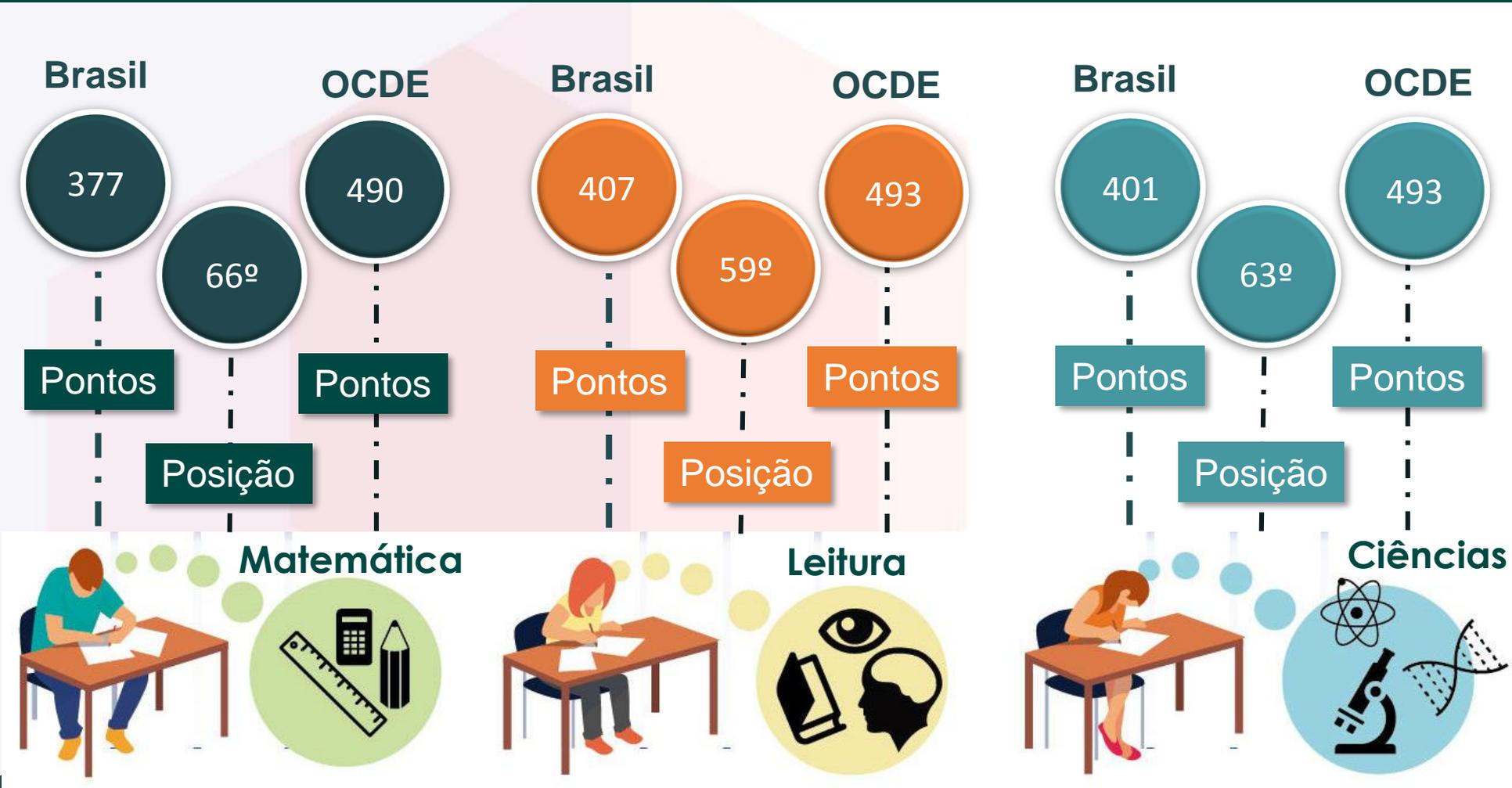
Tempo
Dias 731
RK entre 28 Países
23º

Custo
% do Crédito 16,5
RK entre 28 Países
5º

Procedimentos
Nº 44
RK entre 28 Países
26º



A educação (ou, mais especificamente, o capital humano) é uma potente ferramenta para colocar um país na rota do desenvolvimento. A principal ligação entre educação e crescimento é o aumento da produtividade.



Em 2010 O Brasil aplicou US\$ 960 por estudante em idade educacional e a Coréia do Sul, US\$ 5.448.

EXAME

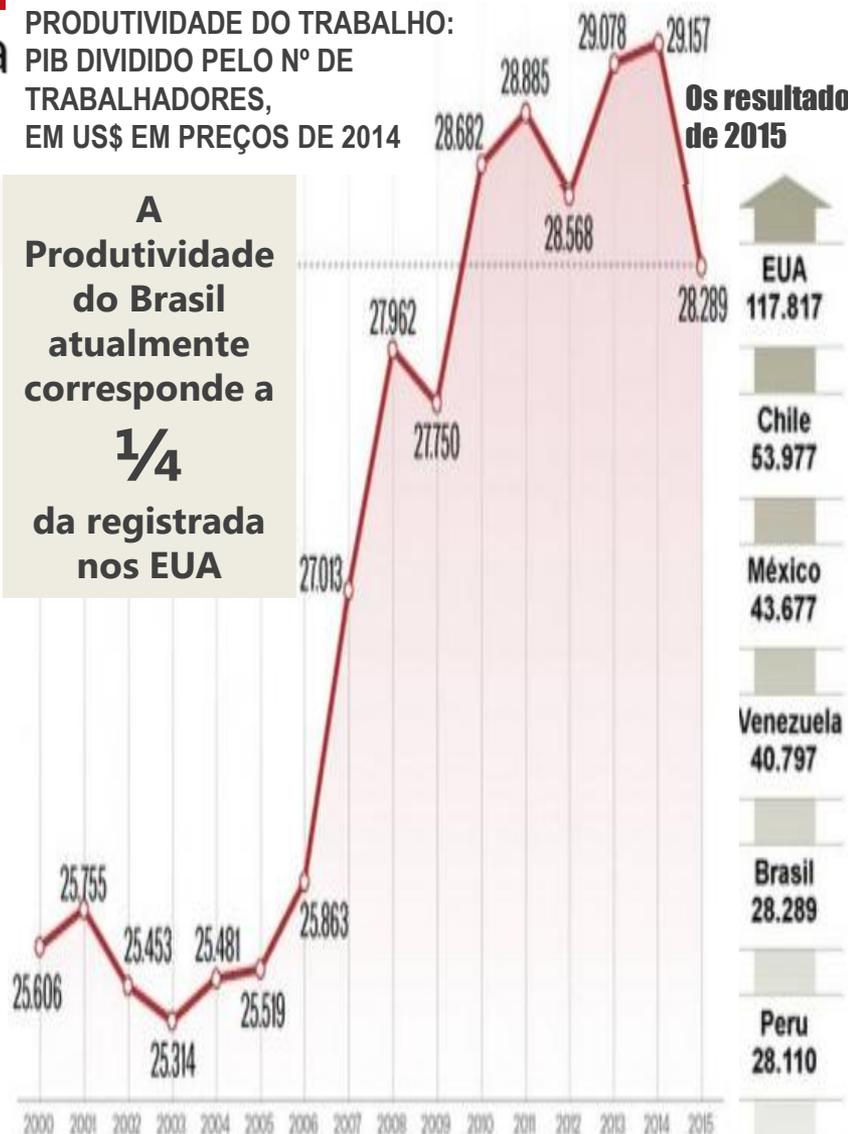
Catalunha iPhone 8 PIS/Pasep Lula

O DESEMPENHO DO PAÍS

PRODUTIVIDADE DO TRABALHO:
PIB DIVIDIDO PELO Nº DE
TRABALHADORES,
EM US\$ EM PREÇOS DE 2014

Os resultados
de 2015

A
Produtividade
do Brasil
atualmente
corresponde a
1/4
da registrada
nos EUA



Para crescer de verdade, Brasil precisa vencer atraso de 50 anos

Os primeiros sinais da recuperação são bem-vindos, mas para crescer a um ritmo Forte, é preciso investir em produtividade do brasileiro

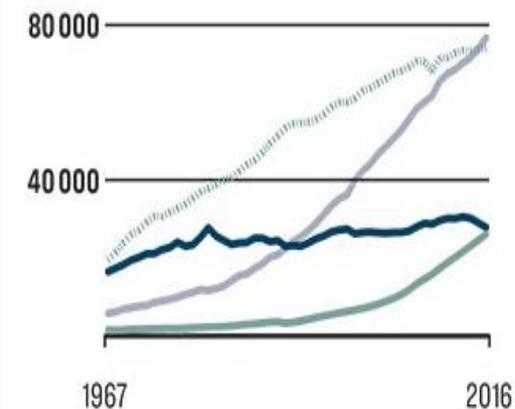
A RAZÃO DO NOSSO ATRASO

Um estudo da consultoria McKinsey aponta que, sem um expressivo aumento da produtividade, o Brasil vai continuar preso ao baixo crescimento

Nos últimos 50 anos, a produtividade brasileira avançou muito pouco

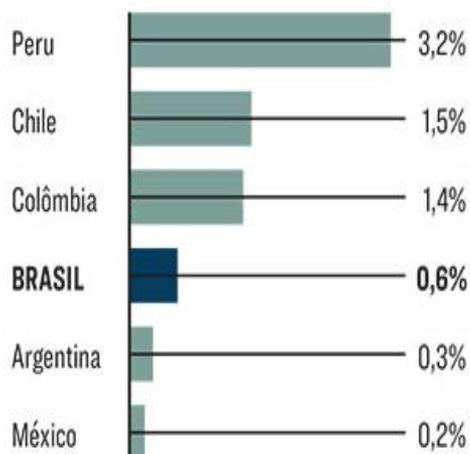
Produtividade do trabalho (em dólares)⁽¹⁾

China Japão Coreia do Sul BRASIL



Desde 2000, o Brasil ficou no grupo dos países latino-americanos menos produtivos

Avanço da produtividade (média anual de 2000 a 2015)



Poupança, Crescimento e Progresso Técnico

Modelo de Crescimento Econômico
Harrod-Domar



Modelo Harrod-Domar (1939,1946)

O modelo de crescimento de Harrod-Domar considera que o desenvolvimento econômico é um processo gradual e equilibrado. Destaca a importância de **três variáveis básicas para o crescimento: a taxa de investimento, a taxa de poupança e a relação produto-capital.**

$Y=F(K,L)$ – proporções fixas. Modelo Estável.

Robert Solow (1924 -)



Premio Nobel de Economia 1987

Modelo de Solow (1956)

O modelo atribui o crescimento econômico à acumulação de capital, **ao crescimento da força de trabalho e às alterações tecnológicas.**

Robert M. Solow

$Y=F(K,AL)$ – proporções fixas. Modelo Estável.



Política Fiscal e Crescimento Econômico: Uma investigação empírica

William Easterly (1993)

Resumo

Este artigo descreve as regularidades empíricas relacionadas às variáveis da política fiscal, ao nível de desenvolvimento e à taxa de crescimento. Nós empregamos dados históricos, dados recentes de seção transversal e séries de investimentos públicos recém-construídos. Nossas principais descobertas são: primeiro, **há uma forte associação entre o nível de desenvolvimento e a estrutura fiscal**: os países pobres dependem fortemente dos impostos sobre o comércio internacional, enquanto os impostos sobre o rendimento são apenas importantes nas economias desenvolvidas; Em segundo lugar, a política fiscal é influenciada pela escala da economia, medida pela sua população; E em terceiro lugar, o investimento em transportes e comunicação está consistentemente correlacionado com o crescimento, **enquanto os efeitos da tributação são difíceis de isolar empiricamente.**

Ph.D. Em Economia do MIT em 1985. Ele passou dezesseis anos como Economista de Pesquisa no Banco Mundial. Professor de Economia na Universidade de Nova York.

Outros:

- Frankel (1962)-Modelos AK ($Y=AK$) – taxa “s” constante.
- Romer (1986) - Max. Utilidade Intertemporal. “g” endógeno
- R.Lucas “g” crescimento endógeno produzidos por investimentos em conhecimento e treinamento do capital



Capital Humano (número de trabalhadores disponíveis a serem empregados no processo produtivo e sua habilidade, que usualmente cresce com o nível de escolaridade)



Taxa de poupança – $S=I$ (para ocorrer qualquer tipo de investimento, é necessário que haja recursos para financiá-lo, isto é poupança).



Acumulação de Capital Físico(máquinas,estradas,portos etc.) K



Progresso Tecnológico-PTF (fator que amplia a quantidade gerada pelo uso de capital físico e humano em função da eficiência com que os fatores são utilizados)



Qualidade Institucional-QI (o que está por detrás da prosperidade socioeconômica dos países é o tipo de instituições que eles adotam)

t* Estrutura Tributária

$$g^{\text{atual}} = f(s, H, PTF, QI, t)$$

$$g^{\text{futura}} = f(s, H, PTF, QI, t^*)$$

2. Autonomia Financeira

- **Autonomia em função da Receita Total (BCB)**

- Choques de receita
- Choques advindos de medidas de política econômica “adversa”

- **Medida atual para análise**

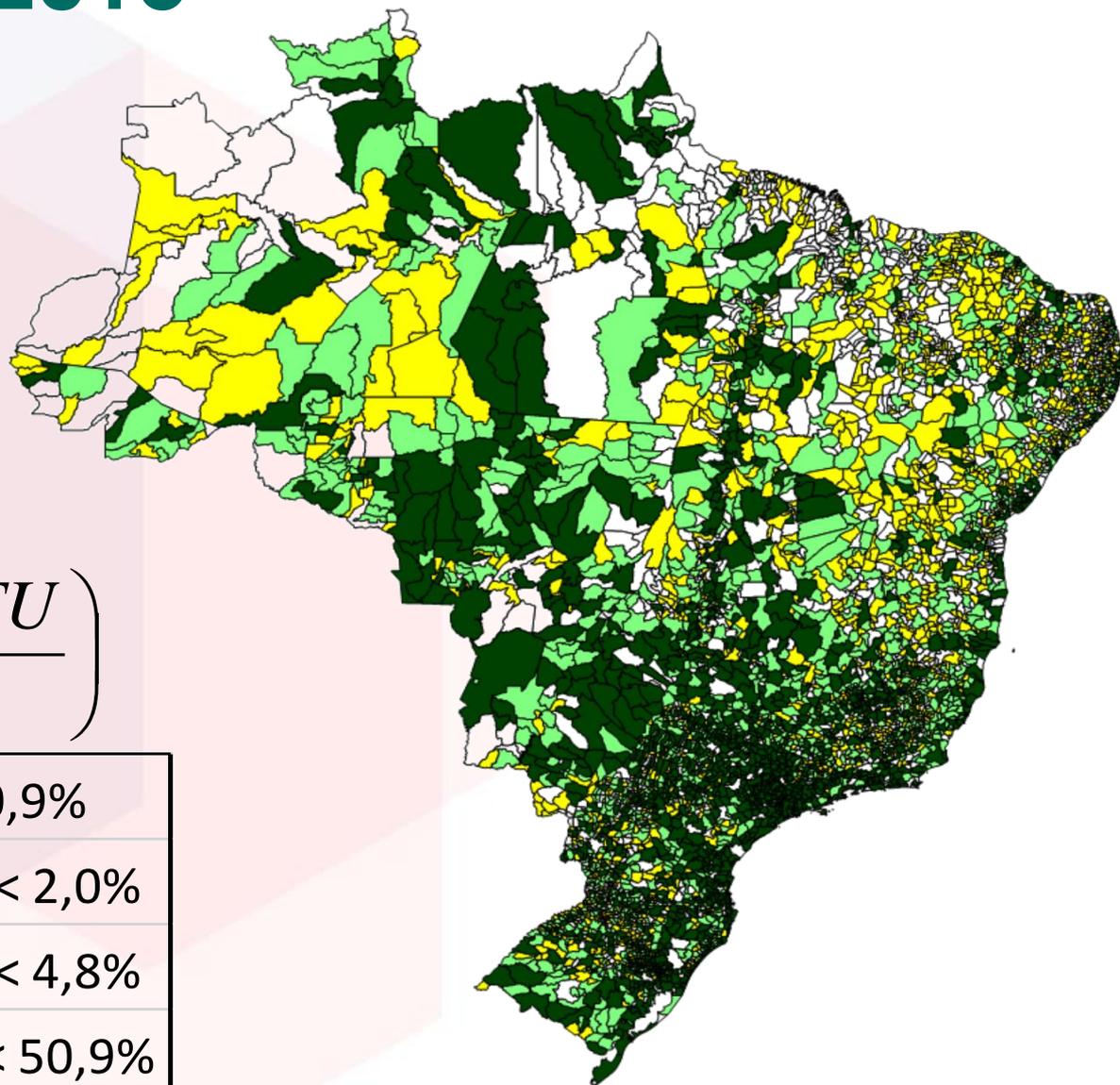
$$Auto = \left(\frac{ISS + IPTU}{RT} \right) \quad (\uparrow \text{Autonomia} \rightarrow \downarrow \text{Vulnerabilidade})$$

- **Medida de Autonomia Pós-Reforma Menor)**

$$Auto - Pós = \left(\frac{IPVA + IPTU + ITR}{RT} \right) \quad (\downarrow \text{Autonomia} \rightarrow \uparrow \text{Vulnerabilidade})$$

Maior vulnerabilidade face a concentração de impostos associados ao nível de renda (bem de luxo), cíclico e cuja demanda é mais elástica e mais sujeita a choques econômicos, enquanto o ISS além de ser mais “diversificado” nos diversos ramos do Setor Serviços, é uma opção adicional em termos de receita.

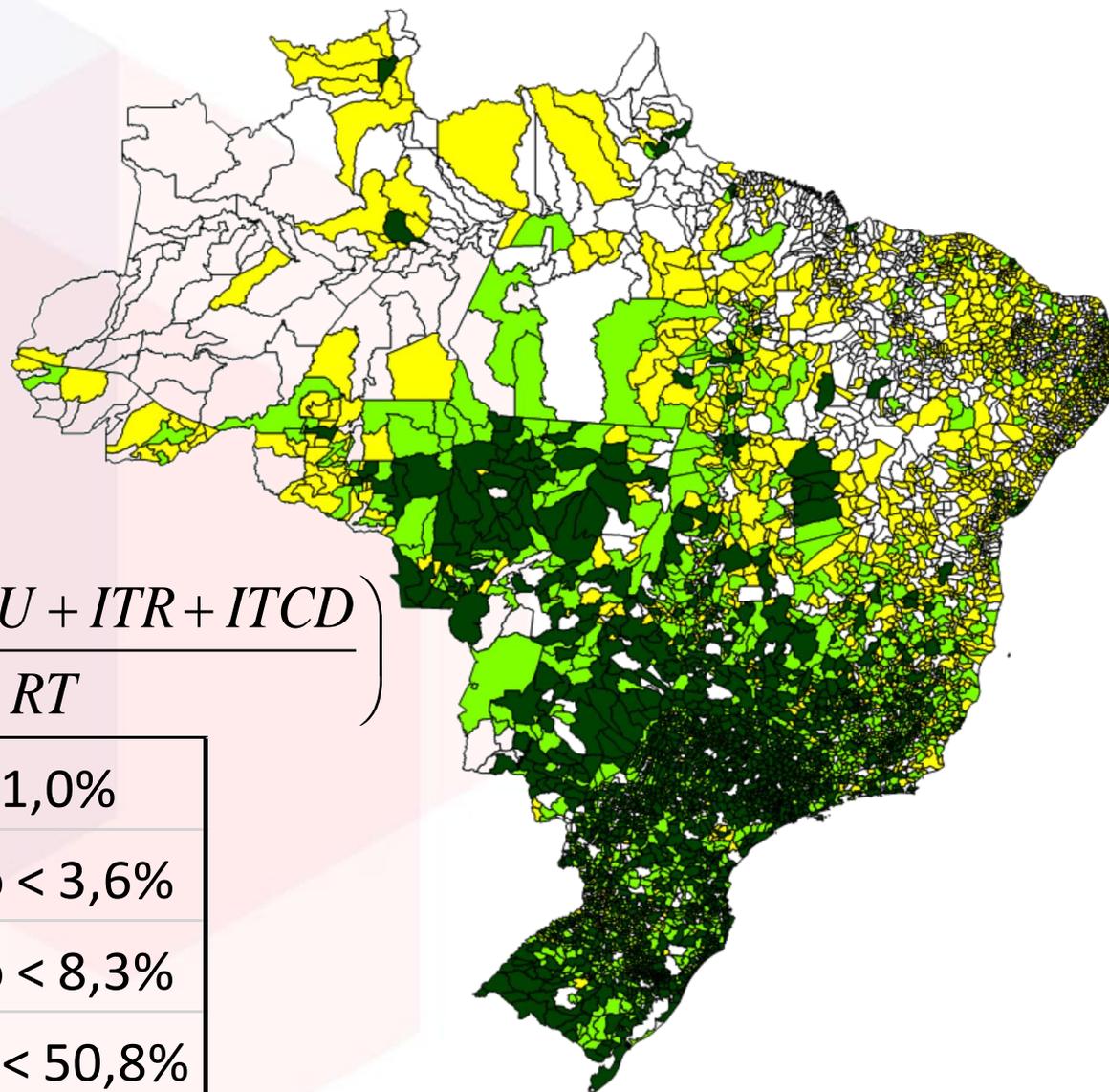
• Autonomia 2015



$$Auto = \left(\frac{ISS + IPTU}{RT} \right)$$

Q1		N/D ou < 0,9%
Q2		0,9% < Auto < 2,0%
Q3		2,0% < Auto < 4,8%
Q4		4,8% < Auto < 50,9%

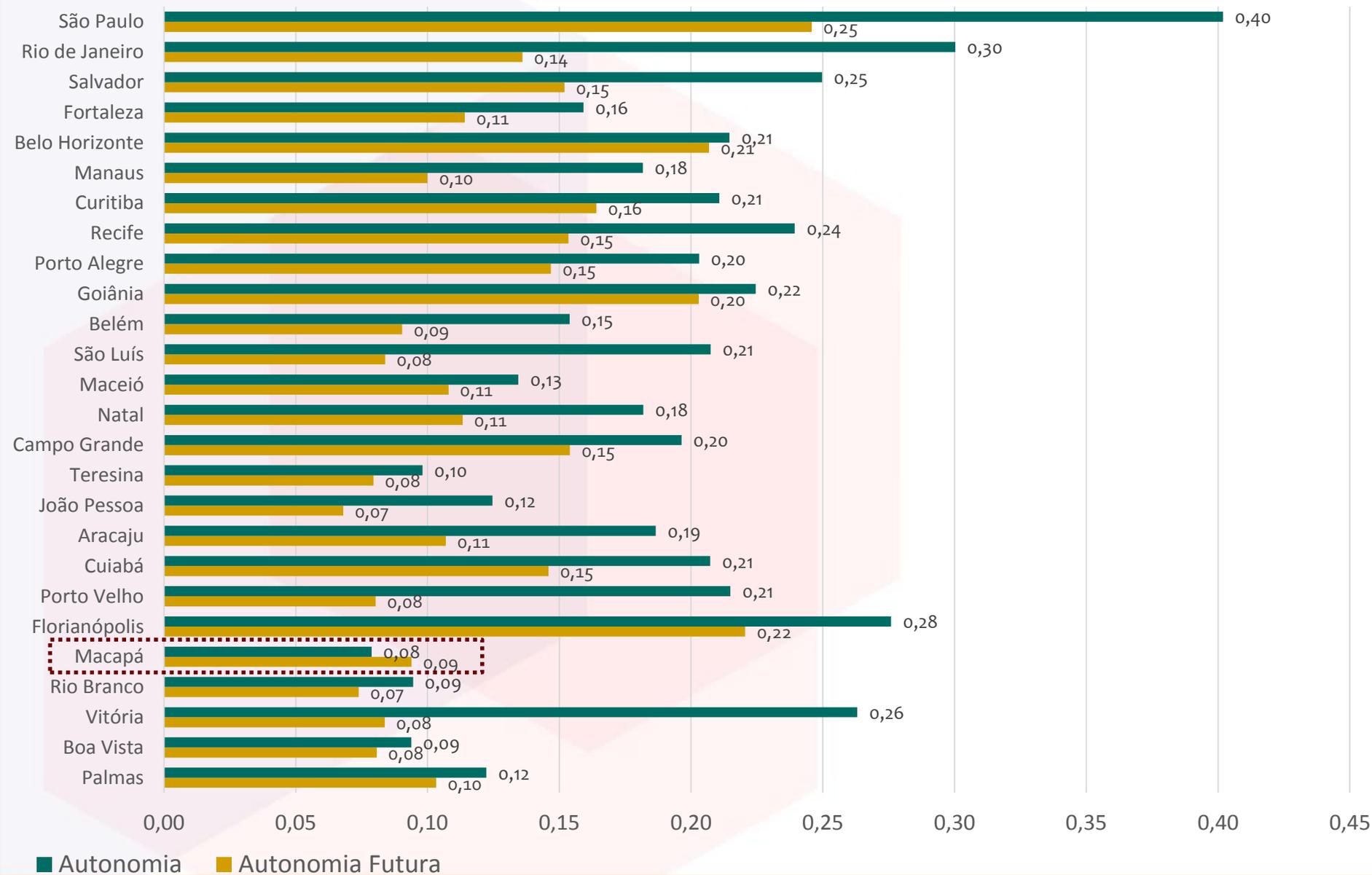
Autonomia Futura 2015



$$Auto - Pós = \left(\frac{IPVA + IPTU + ITR + ITCD}{RT} \right)$$

Q1		N/D ou < 1,0%
Q2	Yellow	1,0% < Auto < 3,6%
Q3	Light Green	3,6% < Auto < 8,3%
Q4	Dark Green	8,3% < Auto < 50,8%

Cenário para Variação Média da Autonomia - 2011-2015



12/06/2017 às 05h00

Cresce demanda de prefeituras por empréstimos estrangeiros

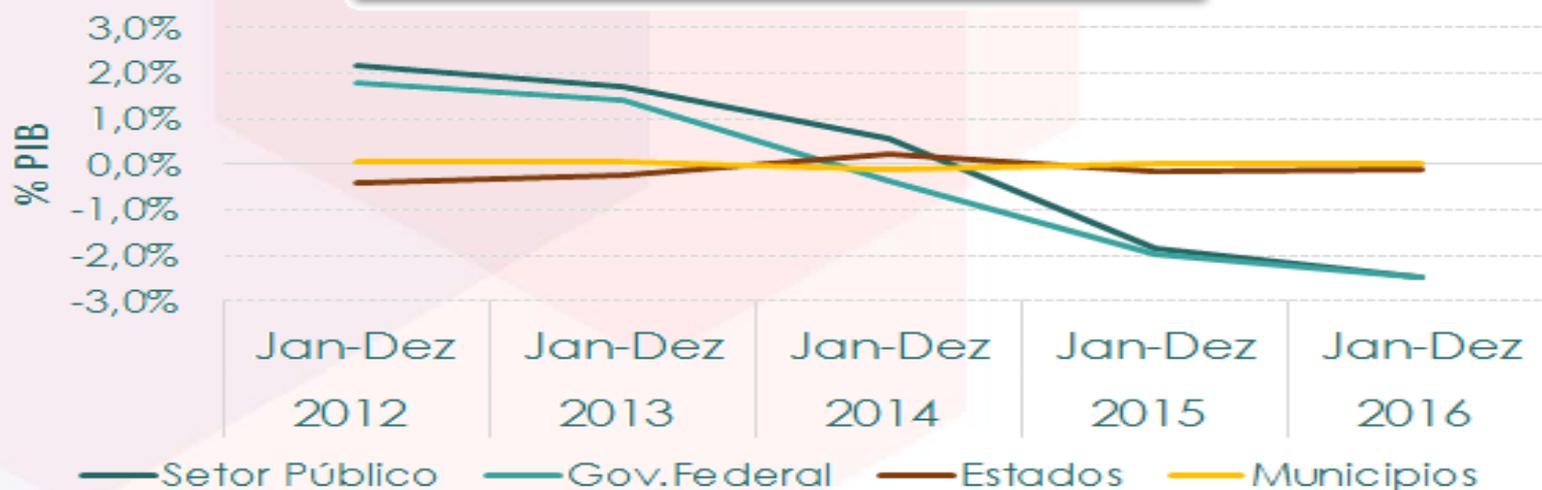
Segundo ele, os municípios estão com as contas públicas mais ajustadas para obtenção de empréstimos externos do que os Estados, que tradicionalmente são os maiores clientes das instituições financeiras internacionais. "Regra geral, as prefeituras estão em situação muito melhor que os governos estaduais.

Valor ECONÔMICO



José Roberto Afonso

Evolução do Resultado Primário por Esfera de Governo 2012-2016



Há sentido em insistir no financiamento dos governos locais por meio de tributos locais



**Aonde ocorre o fato
Econômico e Social**

Eduardo Giannetti: “Precisamos de menos Brasília e mais Brasil”

“O que eu defendo é o seguinte: só vai para Brasília dinheiro para atividades que só a União pode desempenhar, como o Banco Central, a diplomacia e a segurança externa. O resto do dinheiro não precisa e não deve ir para Brasília para depois voltar. **Ele deve ficar o mais perto possível de onde ele foi arrecadado**”.



Sendo autônomo, os entes da federação devem prover as necessidades de seu governo e administração sem sofrer intervenção dos demais entes da federativos.

O argumento básico parte de um **ELO ESSENCIAL** entre as decisões de **tributação e de gasto público**. **A obtenção de receitas próprias** também permite a estruturação de orçamentos subnacionais com o desejável controle da dimensão e da composição do gasto público, **atendendo as necessidades públicas de modo adequado**

Municipalização das Políticas Públicas

- ❑ A partir da CF 1988 Os Municípios foram sendo impelidos, ano após ano, a prestar cada vez mais serviços que eram executados pelos outros entes.



Município

Aonde ocorre o fato
Econômico e Social

VIVA SEU

A experiência internacional sugere que os governos subnacionais com competência constitucional para o atendimento de necessidades públicas relevantes, **são mais propensos a cumprir de modo responsável quando devem arrecadar por conta própria as respectivas receitas.**



Professor de Economia do MIT
DARON ACEMOGLU
& **JAMES ROBINSON**
Professor de Administração Pública da
Harvard University

BEST-SELLER
An New York Times

POR QUE AS NAÇÕES FRACAÇAM

As origens do poder,
da prosperidade
e da pobreza

"Uma leitura obrigatória"
Steven Levitt, coautor de
Freakonomics


CAMPUS



“Os autores mostram o exemplo da cidade Nogales para explicar sua tese de que são as instituições políticas e econômicas por trás do êxito econômico (ou sua ausência)”

“Os estímulos criados pelas instituições próprias das duas cidades e dos países a que pertencem são a principal causa das diferenças de prosperidade econômica.”

“Afirmam que o desenvolvimento econômico está intimamente ligado à qualidade das instituições”



CIDADANIA (Art. 1º, II):

Cidadão é aquele que participa da vida política do Estado, representa um direito fundamental do indivíduo, lhe sendo possibilitado constitucionalmente **INTERVIR ATIVAMENTE** nas áreas de interesse público.

A dependência econômica e financeira dos MUNICÍPIOS em relação aos outros entes **não condiz com os mais elementares traços do pensamento federalista**. Também o predomínio de políticas pensadas em outra esfera não se adequam aos ditames contemporâneos de maior participação política.

PACTO FEDERATIVO

PELO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Pacto Cooperativo

É o acordo constitucional, administrativo e político firmado entre os Entes da Federação que determina o respeito à **AUTONOMIA** dos mesmos e delimita os campos de atuação, estabelecendo: prerrogativas, **recursos e responsabilidades para o cumprimento das funções de Estado**.

A Reforma Tributária deve ser discutida no âmbito do pacto federativo e baseada no resgate de maior autonomia dos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, aliado à abertura de novos âmbitos de integração democrática com os cidadãos e às estratégias de solidariedade entre os entes, formando o pacto federativo e cooperativo, não apenas em sentido formal, mas também material.

A **indissolubilidade da federação**, afirmada no seu artigo 1º da Constituição Federal, vem disposta no artigo 60, §4º, I do mesmo diploma. Nesse sentido, **proíbe-se expressamente a proposta de emenda constitucional tendente a abolir, isto é, mitigar, reduzir, a forma federativa do Estado Brasileiro.**



O GLOBO  MEIAJ

BRASIL 

O equívoco da reforma tributária

05/10/2017-01h10

Mais uma vez, retoma-se o debate sobre projetos de reforma tributária, com pretensões excessivamente ambiciosas

Todos os **sistemas tributários** são imperfeitos, porque resultam de embates que envolvem conflitos de razão e de interesses nos parlamentos. Não são maquetes ou aplicativos. **Ao contrário, são modelos vivos que retratam as complexidades de relações econômicas e sociais em uma sociedade**

Em entrevista a Veja (27/09/2017), Eldar Saetre, presidente da Statoil (estatal norueguesa de petróleo), salientava que sua grande preocupação em relação à tributação brasileira era a imprevisibilidade. Acrescentou que, na Noruega, era alta a tributação da atividade petrolífera (78%), mas estável.

Em entrevista ao Financial Times, veiculada em Valor (28/04/2017), Warren Buffet, um dos maiores investidores do mundo, dizia: **“As pessoas investem quando julgam que podem ganhar dinheiro, e não por causa da taxaço tributária”**.

Além disso, há riscos para o erário e para o contribuinte. Toda mudança repercute em alíquotas e bases de cálculo, de forma não previsível e de modo diferenciado sobre os contribuintes.

O mais grave é que buscamos copiar modelos em franca obsolescência, como o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Enquanto isso pouco ou nenhuma atenção se dá às nossas mais severas **enfermidades tributárias: o burocratismo, a indeterminação conceitual e o processo tributário**.

O GLOBO 

BLOG DO NOBLAT



Everardo Maciel
é ex-secretário da Receita
Federal





- Um contexto no qual governos responsáveis pela condução do nosso país são assolados por denúncias, inquéritos e condenações que desnudam a prática do uso do setor privado para se perpetuar no poder.
- Concomitantemente, importantes segmentos deste setor buscam atalhos para crescer por meio da compra de favores, medidas provisórias, proteção e subsídios, em vez de crescer com competência sob as regras de mercado, oferecendo bens e serviços pelos quais existe uma demanda genuína.
- Desta forma, encontram junto aos governantes mecanismos de enriquecimento que só a Lava Jato não basta para corrigir isso.



- A solução deve vir acompanhada de uma reforma política, talvez a primeira que deveria ser tratada para resgate da credibilidade da política brasileira e consequentemente da governabilidade que viabilizasse uma governança efetiva, entretanto, pelo que se desenha é a estratégia de sempre, mudar um pouco para não ter o todo modificado e sendo assim, preservar o status quo político.
- Nunca devemos esquecer que é o exercício de uma política ética e genuína que traz transformações de uma situação presente para uma situação futura melhor e desejada para o nosso país.





“A nossa história foi construída com atitudes do presente pensadas para um melhor futuro.”



Obrigado !

Jurandir Gurgel Gondim Filho
Secretário Municipal das
Finanças de Fortaleza
Presidente da Associação
Brasileira de
Secretários de Finanças das
Capitais-ABRASF

E-mail:

jurandir.gurgel@sefin.fortaleza.ce.gov.br

Fone: (85) 3105-1239

“Não há corpo sem células. Não há Estado sem municipalidade. Não pode existir matéria vivente sem vida orgânica. Não se pode imaginar a existência de nação, existência de povo constituído, existência de Estado, sem vida municipal”.

Rui Barbosa

- ❑ Direito Tributário: política fiscal / Roberto França de Vasconcellos, coordenador. – 2ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. – (Série GVlaw)
- ❑ Giannetti, Eduardo. O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros-São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ❑ Mendes, Marcos José. Por que o Brasil cresce pouco?: desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro. 1ª ed.-Rio de Janeiro: Elsevier, 2014
- ❑ Magliano Filho, Raymundo. Um caminho para o Brasil: a reciprocidade entre sociedade civil e instituições-São Paulo: Contexto, 2017.
- ❑ Messa, Ana Flávia. Direito tributário e financeiro / Ana Flávia Messa. – 7.ed. – São Paulo: Rideel, 2016
- ❑ Mankiw, N.Gregory. Macroeconomia; tradução e revisão técnica Tereza Cristina Padilha de Sousa.-6ed.-Rio de Janeiro:LTC,2008.
- ❑ Matias-Pereira, José. Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil/Matias-Pereira. – 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ❑ Matias-Pereira, José. Manual de gestão pública contemporânea/José Matias-Pereira. – 5.ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- ❑ Mello, Elizabete Rosa de. Direito fundamental a uma tributação justa / Elizabete Rosa de Mello. São Paulo: Atlas, 2013.
- ❑ Moore, Mark Harrison. Criando Valor Público: Gestão Estratégica no Governo – Mark H.Moore; tradução de P.G Vilas-Bôas Castro e Paula Vilas-Bôas Castro. Rio de Janeiro: Uniletras: Brasília, DF:ENAP, 2002.
- ❑ Receita Federal do Brasil. Ministério da Fazenda. Carga Tributária no Brasil (Análise por tributos e base de incidência. Brasília: RFB/MF, 2013. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br.>>
- ❑ Teoria do Poder: Filomeno Moraes, coordenador; Alexsandro Rahbani Aragão Feijó, Isabelle Maria Campos Vasconcelos Chehab, organizadores. – Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.
- ❑ https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16098/16098_5.PDF